

Um plano para - 2 FEV 1993 conter a inércia GAZETA MERCANTIL inflacionária

por Claudia Safatle
de Brasília

Em sessenta dias, ou no mais tardar, noventa dias, o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, espera ter concretizadas as precondições para um plano de estabilização que "chegue ao miolo do problema": a inércia inflacionária.

A rigor, como o ministro disse ontem a este jornal, ainda não há uma decisão sobre qual o formato desse plano. "Ao final dessa semana terei ouvido as opiniões de vinte economistas." Sabe, contudo, o que não será.

"O plano de estabilização não terá congelamento de preços e salários, confisco de ativos nem prefixação", descartou o ministro. Não trará, também, medidas que rompam com as relações contratuais na economia. "Tenho compromisso com a sociedade de não fazer nenhum programa de quebra das relações contratuais", adiantou Haddad. Esse compromisso, disse, é também do presidente da República, Itamar Franco.



Paulo Haddad

Mas deu algumas pistas sobre o que poderia ser: "A inércia será quebrada pela via do mercado". Assim, "não haverá dolarização no sentido argentino nem alongamento compulsório da dívida pública. Imagine amanhecer numa segunda-feira sabendo que sua aplicação financeira foi alongada por cinco anos. Isso, seguramente, não vamos fazer", disse.

O tempo não corre a favor da equipe econômica e Haddad conhece o risco de ser atropelado pelas crescentes pressões a favor de medidas mais contundentes contra a aceleração da inflação, vindas de dentro do próprio governo. Ele está confiante, contudo, em que a inflação de fevereiro será menor que a de janeiro e prefere cautela. "Eu acredito no que estou fazendo, e governo que fica ansioso corre o risco da aventura."

As pré-condições exigidas para que o governo tenha um programa de estabilização estão encaminhadas, mas não garantidas. O projeto de reforma fiscal, que cria o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), só deverá ser votado pela Câmara

dos Deputados, em segundo turno, nesta quarta-feira, prevê Haddad (ver página 5). Com a criação desse tributo, que deverá ter 38% de sua receita vinculada a programas sociais, o ministro da Fazenda espera poder aplicar US\$ 3,5 bilhões no resgate de títulos públicos neste ano, pouco menos da metade dos US\$ 8 bilhões de títulos com vencimento ao longo deste ano.

Esse resgate equivaleria a um superávit operacional do setor público da ordem de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). "Mas nós queremos um superávit ainda maior do que este, em termos operacionais." A discussão das metas fiscais começa com a viagem do ministro a Washington, no próximo sábado, quando terá o primeiro contato com a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ontem Haddad e Gustavo Loyolla, presidente do Banco Central (BC), tiveram uma longa reunião para acertar como será a negociação com o FMI. "O plano de estabilização passará por um fértil período de reforma constitucional e uma reforma tributária", lembrou o ministro, assinando que o acordo com o FMI terá que levar isso em consideração.

Como as alterações no Imposto de Renda das pessoas jurídicas devem engordar as receitas dos estados e municípios em algo como US\$ 2,6 bilhões a US\$ 2,8 bilhões neste ano, cifra equivalente poderá ser economizada com as transferências voluntárias que a União faz às demais esferas de governo. "Isso dá um ajuste fiscal da ordem de US\$ 6

(Continua na página 3)

- 2 FEV 1993

Um plano para conter a...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

bilhões a US\$ 7 bilhões, no total", calculou o ministro.

Outras precondições foram citadas pelo ministro: "O equacionamento dos grandes passivos do setor público, como a rolagem da dívida dos estados e municípios (nesse aspecto, Haddad admitiu a possibilidade de trocar o apoio dos governadores, sobretudo de Luiz Antônio Fleury Filho, de São Paulo, à reforma fiscal com maiores concessões na rolagem), as dívidas do setor elétrico, as dívidas mobiliárias dos estados e o programa de saneamento da CEF (ver na primeira página), já aprovado pelo presidente da República na reunião do último sábado. A terceira e última precondição para que o governo implemente o seu plano de estabilização é a normalização das relações com a comunidade financeira internacional (da assinatura dos últimos acordos bilaterais com os países do Clube de Paris ao início da negociação com o FMI).

"Acho que entre 60 e 90 dias teremos esse quadro arrumado. O único fator mais restritivo, aí, é a implementação do IPMF", disse o ministro".

Todo esse cronograma, contudo, depende do comportamento da taxa de inflação nos próximos dois meses, sobretudo neste mês de fevereiro. O ministro sabe disso e ontem avisou: "Quero dizer que estamos vivos. Que não estamos assistindo passivamente a inflação subir e sermos atropelados por ela".

Reconheceu os riscos dessa estratégia. "Enquanto estamos preparando o terreno para colocar a semente da estabilização pode vir uma tormenta e prejudicar esse trabalho que está sendo feito."

No último sábado, em conversa com os ministros da Justiça, Maurício Correa, e da Fazenda, Paulo Haddad, além do presidente do Banco Central, o presidente da República pediu que "as roupas sujas sejam lavadas dentro de casa", conforme relato de um dos principais colaboradores

do presidente no gabinete do Palácio do Planalto. Uma determinação para que as pressões sobre Haddad sejam atenuadas.

Maior disciplina dentro do governo, para evitar deterioração das expectativas, associada a um mês sazonalmente melhor para os índices de inflação — fevereiro — (cuja coleta de preços vai apenas até o dia 19) —, pode dar fôlego para a área econômica prosseguir sem sobressaltos na armação das precondições à estabilização.

Uma boa notícia, para Haddad, será ter neste mês uma taxa de inflação de 2 a 3 pontos inferiores à de janeiro, como ele próprio espera.

Durante esse período, o ministro da Fazenda espera contornar a aceleração da inflação com a redução a zero das alíquotas de importações de produtos alimentícios e de higiene e limpeza, muita conversa com empresários e a aplicação da lei de defesa da livre concorrência, que, infelizmente, é uma lei muito frágil.

"O presidente Itamar Franco pediu que seja preparada uma nova lei para a defesa da concorrência,

mais ampla e mais operacional", informou o ministro, dizendo que essa tarefa está a cargo do Ministério da Justiça.

Até amanhã, Haddad espera poder anunciar as novas alíquotas do Imposto de Importação para os produtos citados. Mesmo que as importações não cheguem a tempo, apenas o efeito psicológico do anúncio da redução das tarifas já pode surtir alguns ganhos na taxa de inflação, acredita o ministro.

"JOINT VENTURE"

Embraer e Oto
Melara fabricam
armamentos

O Comando Militar do Leste assinou ontem, no Rio, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, o acordo com a empresa italiana Oto Melara para fabricação de armas de combate a tanques e carros blindados.

Inicialmente será feito um protótipo de estudo de fabricação e avaliação operacional. A produção, de fato, começa no início de 1994, no Rio Grande do Sul. O Brasil fez o investimento inicial, na fase de estudo, de US\$ 15 milhões. Este acordo permite que o Brasil utilize mão-de-obra nacional, autoriza uso de tecnologia italiana e concede a metade do direito na fabricação.

Este investimento está sendo feito por alguns bancos internacionais. A empresa responsável pela fabricação das armas é a Embraer, informou a agência Brasil.

CITIBANK — Os lucros combinados de doze agências do Citibank na Coreia do Sul atingiram 42 bilhões de won (US\$ 54,4 milhões) em 1992, em comparação a 22 bilhões de won no ano de 1991.